



Exmo Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de

Ambiente e Energia

Deputado Tiago Brandão Rodrigues

S. Bento, 28 de setembro de 2022

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do Ministro do Ambiente e Ação Climática sobre o novo Plano Hidrológico da Bacia do Tejo que corta em 40% a água do Tejo a chegar a Portugal e o incumprimento da Convenção de Albufeira nos rios internacionais

O governo do Estado Espanhol vai avançar com o novo Plano Hidrológico da Bacia do Tejo que tem como consequência a redução de 40% de água do Tejo que chega a Portugal. O plano prevê cortar 105 hectómetros cúbicos de água por ano a partir de 2027, aumentando em mais 40% a média anual para as regiões de Almería, Múrcia e Alicante.

De acordo com o jornal El Mundo, o plano será aprovado em breve - no final de outubro ou início de novembro - de forma que o mapa hídrico de Espanha esteja concluído em dezembro.

A decisão terá um enorme impacto em Portugal colocando em risco a produção elétrica, a atividade agrícola e mesmo a rede de abastecimento doméstico de água para além de um conjunto alargado de atividades económicas e humanas.

A Convenção de Albufeira regula as relações entre os dois estados no domínio hídrico, integrando as disposições da Diretiva Quadro da Água, criando um quadro de cooperação e coordenação para a proteção das massas de água, dos ecossistemas aquáticos e terrestres e para o uso sustentável dos recursos hídricos.

O governo do Estado Espanhol alega que a decisão se prende com a necessidade de caudais ecológicos que "é um requisito incontornável que temos de cumprir para dar cumprimento a várias medidas e exigências da União Europeia que chegaram à conclusão de que o Rio Tejo nas suas cabeceiras tem um grave problema de equilíbrio ambiental".

No entanto não é legítimo usar como argumento a necessidade de proteção ambiental quando o principal problema que alterou drasticamente a disponibilidade de água é um modelo de desenvolvimento agrícola insustentável e desajustado ao clima e ao território. Ainda menos é legítimo alegar os caudais ecológicos quando a decisão não respeita e impede a constituição de caudais ecológicos em Portugal.

O Estado Espanhol tem expandido a sua área de rega. Assim e no contexto de alterações climáticas com fenómenos climáticos extremos mais frequentes e períodos de seca mais gravosos, os caudais ecológicos e os usos da água ficam em risco.

Portugal tem atravessado um período de seca bastante gravoso. Em agosto, 39,6% do país esteve em seca extrema e 60,4% em seca severa. Ontem mesmo, o relator especial para os Direitos Humanos e o Meio Ambiente das Nações Unidas (ONU) alertou que "a gravidade da seca em Portugal é realmente impressionante". De igual modo, o Estado Espanhol vive uma das piores secas da história.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem apresentado várias propostas para que em Portugal o modelo de organização do território, de agricultura e de uso da água seja sustentável. Continuaremos a insistir nesse novo modelo de desenvolvimento. Mas esta decisão unilateral por parte do Estado Espanhol vai contra a Convenção de Albufeira, é contrária à boa relação dos dois estados, prejudica gravemente a proteção do ambiente e, no caso de Portugal, pode ter consequências gravíssimas a nível económico e de acesso à água, de produção energética, de segurança alimentar e mesmo na sua componente de abastecimento.

As preocupações estendem-se aos restantes rios internacionais. No caso do Douro, o Estado Espanhol já travou a transferência de água do rio Douro para Portugal alegando dificuldades no cumprimento integral da Convenção de Albufeira.

É assim necessário que o Ministro do Ambiente e Ação Climática esclareça os contornos do plano do Estado Espanhol, as conversações entre os dois estados e as ações seguintes

que o governo tomará para garantir a proteção dos caudais ecológicos no país e do direito à água.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do Ministro do Ambiente e Ação Climática.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares